



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505.261.898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

RUA BATALHA REIS, N.º 81, 2.º DTO.

6300-668 GUARDA

Proposta de Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Contas de 2017

Município de Vila de Rei

11 de Maio de 2017



Exmo. Senhor Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI
Praça Família Mattos e Silva Neves
6110 – 174 Vila de Rei

Guarda, 11 de Maio de 2017

ASSUNTO: Apresentação de Proposta – Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para a prestação de contas do ano de 2017

Exmo. Senhor,

Na sequência do vosso convite de 10/05/2017 para a prestação de serviços de auditoria externa ao Município de Vila de Rei, submetemos à apreciação de V. Exas. a nossa proposta para a Prestação de Serviços em causa, para efeitos do disposto nos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Atendendo que os procedimentos objeto de análise nas Autarquias Locais ocorrem essencialmente no mesmo período da execução dos atos e factos, teremos por base uma auditoria de acompanhamento / concomitante.

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada, ficando, naturalmente, na expectativa da vossa concordância e à vossa inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.

A Administração

Vitor Manuel Lopes Simões



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 - Capital social: 50 000 € - S.H.O.C. nº 176

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE	4
2. ÂMBITO DOS TRABALHOS.....	5
3. ORGANIZAÇÃO DA EQUIPA DE TRABALHO	7
4. EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS SIMILARES	8
5. CALENDARIZAÇÃO DOS TRABALHOS	10
6. DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	10
7. RELATÓRIOS A EMITIR.....	11
8. HONORÁRIOS E VALIDADE DA PROPOSTA.....	12
 Anexo I – DECLARAÇÃO.....	 14
 Anexo II – PROPOSTA DE PREÇO.....	 17



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE:

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

1. APRESENTAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., foi constituída por escritura notarial de 7 de Março de 2001, encontrando-se inscrita na respetiva Lista sob o número 176 e tem por objeto social o desempenho de funções de revisão legal das contas, auditoria às contas e serviços relacionados, de empresas e de outras entidades, exercício de quaisquer outras funções que por lei exijam a intervenção própria e autónoma de revisores oficiais de contas sobre determinados atos ou factos de empresas e de outras entidades, consultoria em matérias que integram o programa do exame para revisores e exercício de demais funções definidas ou a definir na legislação aplicável aos revisores.

Inicialmente constituída sob a forma de sociedade de profissionais foi transformada em 01/08/2008 em sociedade por quotas e em 21/12/2009 em sociedade anónima.

A empresa tem escritórios na Guarda (sede), cuja responsabilidade está a cargo do Administrador Vítor Manuel Lopes Simões, ROC n.º 780, e em Coimbra e Viseu.

A estrutura de recursos humanos da nossa sociedade é constituída por 11 técnicos qualificados e quatro Revisores Oficiais de Contas.



2. ÂMBITO DOS TRABALHOS

As nossas funções e responsabilidades como Revisores Oficiais de Contas são as constantes do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro. Na execução das nossas funções teremos também em atenção as disposições do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/02, bem como a legislação do sector da administração autárquica, nomeadamente a Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais¹, Competências e Funcionamento, dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias², Regime Jurídico das Autarquias Locais³, Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas⁴ e toda a legislação orçamental relacionada.

O âmbito de intervenção está consignado no n.º 3 do artigo 76.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais que refere que os documentos de prestação de contas das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a Certificação Legal das Contas e Parecer.

De acordo com o disposto no artigo 77.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, compete ao auditor externo proceder anualmente à Revisão Legal das Contas, nomeadamente:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;

¹ Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro

² Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro

³ Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

⁴ Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto



- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
- f) Pronunciar sobre quaisquer outras situações determinadas por lei, designadamente sobre planos de recuperação financeira, antes da sua aprovação nos termos da lei.

O nosso trabalho será desenvolvido de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



3. ORGANIZAÇÃO DA EQUIPA DE TRABALHO

Para a realização do âmbito e metodologia de trabalho a que nos propomos, serão envolvidos recursos humanos da nossa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que tem responsabilidade específica, na nossa estrutura, por execução de trabalhos nas Autarquias Locais e outros organismos públicos.

Victor Manuel Lopes Simões – Revisor Oficial de Contas / Coordenador

Será o responsável pela organização e coordenação do trabalho a desenvolver no âmbito da presente proposta. É licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sobre o número 780. A sua dissertação de mestrado incidiu sobre a intervenção dos Revisores Oficiais de Contas na auditoria de entidades públicas. Desde o início de 2010 que integra, como vogal, o Colégio de Especialidade da Contabilidade Pública, da Ordem dos Contabilistas Certificados. Possui uma vasta experiência em auditoria e consultoria em Portugal, tendo passado pelo setor público e desempenhado funções de administração e de docência no Ensino Superior e regular formador de Ordem dos Revisores Oficiais de Contas na formação de «Auditoria no setor público - O caso das autarquias locais».

Margarida Cecília Pais de Oliveira Carragoso – Licenciada / Auditora – Assistente / Revisora Oficial de Contas

É licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Possui experiência em contabilidade e auditoria pública, passando pelo desempenho de funções de trabalho de campo, para além do processamento e tratamento de toda a informação contabilística e acompanhamento permanente.

Nuno Filipe Furtado de Almeida Fragona – Licenciado / Auditor - Assistente

É licenciado em Gestão e Técnico Oficial de Contas, inscrito na Ordem dos Contabilistas Certificados sob o número 50733. Possui experiência em contabilidade, auditoria, passando pelo desempenho de funções de trabalho de campo, junto das entidades, para além do processamento e tratamento de toda a informação contabilística.



Joana Gabriela da Silva Tapada – Licenciada / Auditora - Assistente

É licenciado em Contabilidade e Auditoria, Pós Graduação em Contabilidade. Possui experiência em contabilidade, auditoria, passando pelo desempenho de funções de trabalho de campo, junto das entidades.

À equipa de campo, e em função do volume de trabalho e da avaliação dos riscos, poderão ser adicionados alguns elementos juniores ou supervisores.

4. EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS SIMILARES

Tentamos associar os nossos serviços à vasta experiência profissional do pessoal afeto à equipa de trabalho responsável pelos trabalhos realizados no âmbito de auditorias ao setor público, quer em termos de contabilidade, como de procedimentos de controlo interno.

Indicam-se as entidades do setor Autárquico e entidades do Setor Empresarial Local que são acompanhadas por esta equipa de trabalho:

Entidade	Desde
Câmara Municipal da Guarda	2007 a 2013
Serviços Municipalizados da C. M. da Guarda	2007 a 2013
Câmara Municipal de Aguiar da Beira	2007
Câmara Municipal de Fornos de Algodres	2014
Câmara Municipal de Méda	2007
Câmara Municipal de Sabugal	2007
Câmara Municipal de Mangualde	2014
Câmara Municipal de Manteigas	2013 a 2015
Câmara Municipal de Nelas	2014
Câmara Municipal de Pinhel	2014
Câmara Municipal de Tábua	2014
Câmara Municipal de Trancoso	2008
Câmara Municipal de Tondela	2014
Câmara Municipal de Torres Novas	2010 a 2015
Câmara Municipal de Vila de Rei	2014



Entidade	Desde
Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	2013
Câmara Municipal do Fundão	2011
CulturGuarda, E.M.	2005 a 2016
Guarda, Cidade Desporto, E.M.	1999 a 2016
Hotel Turismo da Guarda, Lda.	2001 a 2010
Nova Covilhã, SRU, E.M.	2005 a 2014
Nova Mêda, E.E.M.	2013 e 2014
ABTT – Aguiar da Beira Termas e Turismo, E.E.M.;	2007 a 2015
Caldas da Cavaca, S.A.	2009 a 2012

Relativamente a auditorias externas e perícias judiciais ao setor público:

Entidade	Em
Câmara Municipal de V. N. de Foz Côa	2010
Junta de Freguesia de Alcântara - Lisboa	2010
Junta de Freguesia de Freixedas	2007
Junta de Freguesia de Escarigo	2006

Temos ainda prestado um conjunto de prestações de serviços com vista à realização de uma Ação de Controlo de 1º Nível a projetos aprovados e financiados, designadamente:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - Auditorias Externas FEDER – Controlo 1º Nível, nos exercícios de 2002 a 2010;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - Auditorias Externas ao Programa Regional de Ações Inovadoras de Lisboa e Vale do Tejo – LISACTION – Controlo de 1º nível, nos exercícios de 2005 e 2006;
- POEFDS - Auditorias Externas FEDER – Controlo 1º Nível a nove projetos.
- ADIRN - Programa CTE – Espaço Atlântico – Projeto AARC

No final de 2014 foi contratualizada com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro a prestação de serviços de verificações no local, quanto a 33 ações de verificação no local com verificação on the spot – “Relatório da Verificação Física e Documental no Local” e 105 ações de verificação no local – “Relatório de Conformidade da Operação” (simplificado).



Em 2015 e 2016 foram contratualizadas com a Comunidade Intermunicipal do Oeste a prestação de serviços de verificações no local, quanto a 27 ações de verificação no local com verificação on the spot – “Relatório da Verificação Física e Documental no Local” e 27 ações de verificação no local – “Relatório de Conformidade da Operação” (simplificado).

5. CALENDARIZAÇÃO DOS TRABALHOS

No seguimento do que temos vindo a referir, os nossos trabalhos de revisão / auditoria desenrolam-se de forma contínua ao longo do ano. Assim, a marcação específica dos dias em que se irão desenvolver os referidos trabalhos será agendada com a entidade, por comum acordo, desde que não comprometa os prazos para a apresentação da informação.

Nesse sentido, os trabalhos serão planeados em conjunto com os serviços administrativos e financeiros da entidade. Em particular, consideramos fundamental o apoio dos serviços no sentido de produzirem a informação contabilística necessária ao desempenho das nossas funções.

Para efeitos do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, e caso os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas estejam disponíveis, emitimos as Certificações Legais das Contas Individuais e Consolidadas para apreciação do órgão deliberativo nas sessões ordinárias do mês de abril e junho, respetivamente, do ano seguinte àquele a que respeitam.

Caso o Município de Vila de Rei prepare demonstrações financeiras intercalares reportadas ao semestre será emitido o respetivo Parecer do Revisor Oficial de Contas, nos termos da DRA873 - Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, após a preparação das mesmas.

6. DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Após a conclusão do trabalho de campo e a fim de podermos emitir os nossos pareceres teremos que obter sob a forma escrita uma declaração de assunção de responsabilidade pela preparação de



demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da entidade, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

É da competência do Órgão de Gestão garantir que não foram praticados, nem omitidos, quaisquer atos ou factos, realizadas operações ou assumidos compromissos com ela relacionados, afetando ou não o seu património, que não tenham sido transmitidos ao auditor externo e aos serviços competentes para o devido registo, quer para tratamento contabilístico, quer para outro tratamento adequado.

A referida declaração deve ser datada com a data da certificação legal das contas (individuais e consolidadas) ou do relatório de auditoria a emitir e tem como finalidade resumir no final do exercício todas as informações relevantes que digam respeito às demonstrações financeiras.

7. RELATÓRIOS A EMITIR

Os relatórios a emitir, em língua portuguesa, de acordo com a Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, decorrentes da aplicação das Normas Internacionais de Auditoria (ISA), são:

- i) **Certificação Legal das Contas** – emitida para efeitos do disposto nos artigos 76.º e 77.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e de acordo com a Guia de Aplicação Técnica n.º 7 da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- ii) **Parecer sobre a Situação Económica e Financeira Semestral** – emitido para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, relativamente às contas do primeiro semestre.
- iii) **Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria** – comunicação efetuada ao órgão de gestão relativamente ao estado dos trabalhos (sem data específica), assuntos que o auditor externo tenha tomado conhecimento na execução dos trabalhos, eventuais dificuldades encontradas, principais conclusões sobre trabalhos substantivos efetuados sobre as demonstrações financeiras finais, explicações mais detalhadas



sobre as reservas ou ênfases incluídas na certificação legal das contas ou relatório de auditoria emitidos (quando aplicável), comentários sobre erros, omissões, insuficiências ou inconsistências verificadas na revisão dos documentos de prestação de contas desde que não materiais e correspondentes recomendações, tendo em vista a eventual correção de forma tempestiva.

- iv) **Outros Relatórios / Pareceres** – emitidos para efeitos de quaisquer outras situações determinadas por lei.

8. HONORÁRIOS E VALIDADE DA PROPOSTA

Os honorários propostos foram calculados tomando como base o número de horas a despender e o grau de responsabilidade e a qualificação profissional das pessoas que esperamos vir a utilizar no planeamento, execução, supervisão e finalização do trabalho acordado.

Assim, face à natureza dos trabalhos, são propostos honorários no montante de 5.220 € (cinco mil duzentos e vinte euros) acrescidos de IVA à taxa legal normal em vigor.

O valor proposto é respeitante à prestação de serviços de Auditoria Externa e Certificação Legal das Contas de 2017 e mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços.

A faturação será emitida mensalmente.

O valor proposto inclui os honorários e todas as despesas com deslocações às instalações do Município de Vila de Rei, conforme previsto no número 3 da Cláusula 8ª do Caderno de Encargos.

A proposta é válida pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Guarda, 11 de Maio de 2017

A Administração


Vitor Manuel Lopes Simões

Anexo I

DECLARAÇÃO

1. Victor Manuel Lopes Simões, portador do cartão de cidadão nº 4887610, com validade até 17/10/2018, com domicílio profissional na Rua Batalha Reis, n.º 81, 2º – 6300 – 668 GUARDA, na qualidade de representante legal de MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 176, com o NIPC 505 261 898 e sede na Rua Batalha Reis, n.º 81, 2º, 6300-668 Guarda, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Ajuste Direto – Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Contas do Ano de 2017** da Câmara de Vila de Rei, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta:
 - a) Proposta de Prestação de Serviços de um Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Contas de 2017.
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 08 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgamento por algum dos seguintes crimes:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e no n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamentos de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constituiu contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar,



como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo ii do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivos que lhe seja imputáveis, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adaptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Guarda, 11 de Maio de 2017

A Administração

Vitor Manuel Lopes Simões



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Anexo II

PROPOSTA DE PREÇO

Vitor Manuel Lopes Simões, portador do cartão de cidadão nº 4887610, com validade até 17/10/2018, com domicílio profissional na Rua Batalha Reis, n.º 81, 2º – 6300 – 668 GUARDA, na qualidade de representante e administrador de MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 176, com o NIPC 505 261 898 e sede na Rua Batalha Reis, n.º 81, 2º, 6300-668 Guarda, depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato a concurso denominado **"Prestação de Serviços de Um Revisor Oficial de Contas para a Prestação de Contas do ano de 2017"** (designação do serviço a que se refere o convite da Câmara Municipal de Vila de Rei datado de 10/05/2017) obriga-se a cumpri-lo integralmente, em conformidade com as condições do convite e do caderno de encargos, pela quantia de 5.220 € (cinco mil duzentos e vinte euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Guarda, 11 de Maio de 2017

A Administração

Vitor Manuel Lopes Simões